

ENTRE A CENSURA E A DISSEMINAÇÃO: uma análise crítica sobre a prática profissional bibliotecária fundada na emancipação de informação e dignidade humana

BETWEEN CENSORSHIP AND DISSEMINATION: a critical analysis of professional librarian practice based on the emancipation of information and human dignity

Alessandra Nunes de Oliveira | Jetur Lima de Castro

Resumo: A aplicabilidade profissional do bibliotecário, em norma, fundamenta-se sobre a liberdade científica em seu disseminar, totalizando, dessa maneira, o acesso à informação para os seus usuários que procuram nas bibliotecas determinados conhecimentos e, sobretudo, podem encontrar obstáculos em algumas formas de obtenção da informação, em face de algumas práticas profissionais do bibliotecário. Neste sentido, objetiva-se discutir sobre os reflexos da censura na prática profissional do bibliotecário, apresentando alguns arcabouços conceituais, a partir do estado da arte, através de questionamentos e ações interpretativas, das variáveis do conhecimento sobre práticas de censura e disseminação da informação em bibliotecas. Trata-se de uma pesquisa teórica e bibliográfica, uma vez que procura discutir por intermédio da análise indiciária as evidências interpretativas, no sentido de encontrar pistas no processo da disseminação informacional que componha os pressupostos da prática de censura, sob o ponto de vista explícito e implícito (censura velada). Como resultado, avalia-se que a censura se perdura ao tempo, além de camuflar-se, assim, aparecendo de maneira implícita em lugares que deveriam estar reforçando-se contra quaisquer vestígios que lembrem o comportamento censório. Ao final, contextualiza que o bibliotecário como profissional da informação, juramentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana, tem a responsabilidade e compromisso de lutar para que este juramento não seja só em teoria, e sim, que este recorra para a prática do nosso cotidiano nas bibliotecas.

Palavras-chave: Biblioteconomia progressista; Censura; Dignidade humana; Disseminação; Informação

Abstract: The professional applicability of the librarian, in norm is based on the scientific freedom in its dissemination, thus, completing access to information for their users who seek in libraries certain knowledge, and especially, may find obstacles in some forms of obtaining information, due to professional practices of the librarian. In this sense, the objective is to discuss the reflexes of censorship in the professional practice of the librarian, presenting some conceptual frameworks, from the state of the art, through questioning and interpretative actions, knowledge variables on censorship practices and information dissemination in libraries. It is a theoretical and bibliographical research, since it seeks to discuss through indicative analysis the interpretative evidences, in the sense of finding clues in the process of information dissemination that compose the assumptions of censorship practice, from the explicit and implicit (veiled censorship) points of view. As a result, it is estimated that censorship lasts for time, in addition to camouflaging, thus appearing implicitly in places that should be reinforced against any traces that recall the censorial behavior. In the end, it is contextualized the librarian as an information professional, sworn in the freedom of scientific research and the dignity of the human person, has the responsibility and commitment to strive so that this oath is not only in theory but for the practice of our daily lives in libraries.

Keywords: Progressist librarianship; Censorship; Human dignity; Dissemination; Information

1. Introdução

A aplicabilidade profissional do bibliotecário em norma, fundamenta-se sobre a liberdade científica em seu disseminar, totalizando, dessa maneira o acesso à informação para os seus usuários que procuram nas bibliotecas determinados conhecimentos e sobretudo, podem

encontrar obstáculos em algumas formas de obtenção da informação, na questão de algumas práticas profissionais do bibliotecário.

Com base nessas questões, surgiu o interesse pela investigação de um ponto específico sobre as “falhas” que podem ser encontradas no processo de disseminação informacional, no que diz respeito aos pressupostos da prática de censura, uma vez que esta pode ser vista não apenas de forma explícita, mas também de forma implícita.

Neste estudo, objetiva-se discutir os reflexos da censura na prática profissional do Bibliotecário, apresentado alguns arcabouços conceituais, a partir do estado da arte, através de questionamentos e ações interpretativas, das variáveis do conhecimento sobre práticas de censura e disseminação em bibliotecas.

Discorre-se sobre uma pesquisa teórica e bibliográfica, uma vez que procura discutir por intermédio da análise indiciária, as evidências interpretativas, no sentido de encontrar pistas no processo da disseminação informacional que componha os pressupostos da prática de censura, sob o ponto de vista explícito e implícito (censura velada). Deste modo, as questões teóricas são importantes para o processo de busca para o conhecimento, procurando sempre o seu estado de emancipação e a adequação de conceitos que ainda não está em seu patamar de conhecimento.

Por consequência a análise indiciária é indicada neste estudo, uma vez que se constitui uma investigação interpretativa em que se observa os acontecimentos nos seus minuciosos detalhes para encontrar os vestígios na questão que estão sendo pesquisadas, sobretudo, o da censura. Ginzburg (1989) descreve o método indiciário, tendo como base os tempos primigênicos, quando o homem era um caçador que reconstruía os caminhos, nas pegadas deixadas como vestígios para construção de fatos.

A análise do estudo tem implicância, uma vez que ao falar sobre o tema censura procuramos investigar o seu proceder nas entrelinhas das situações do cotidiano nas unidades de informações, que passam despercebidas no patamar teórico da biblioteconomia e, sobretudo, aprimorando os artefatos e teóricos, esmiuçando os eventos ligados à questão da censura.

Com efeito, avalia-se que a censura se perdura ao tempo além de camuflar-se, assim, aparecendo de maneira implícita em lugares que deveriam estar enforçando-se contra quaisquer vestígios que lembrem o comportamento censório. Com efeito, o bibliotecário por trabalhar com as informações e com o comprometimento com a mediação e disseminação precisa se atentar para o fato de estudar os conceitos de censura.

Ao final, de modo geral, contextualiza-se que o bibliotecário, como profissional da informação, juramentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana, tem a responsabilidade e compromisso de lutar para que este juramento não fique só na teoria, e sim, que ele recorra para a prática do nosso cotidiano nas bibliotecas.

2. Aportes sobre a censura

Segundo os estudos de Menezes (2005), a censura surgiu no regime republicano na Roma antiga, intitulada como uma profissão de “censor”. Para o autor, as funções dos censores

consistiam em revisar a lista de políticos, controlar contratos e fiscalizar a vida dos cidadãos romanos em nome dos bons costumes na sociedade romana. De forma que o termo “censura” originou da palavra em latim *censere*, que significa avaliar ou estimar (OPPENHEIM e SMITH, 2004:160).

O significado da palavra censura requer cuidado quando interpretada, pois avaliar e estimar não corresponde em todos os casos o percurso de censura. O significado da atinente palavra transcorre para a prática da censura quando influi em vetar a autonomia sobre as escolhas de terceiros, em relação ao que lê, pensa, expressa e questiona, infringindo, desta forma, a liberdade intelectual¹.

É justamente, neste contexto, que a censura se faz presente, quando diferentes atuantes seja “um governo, organização grupo ou indivíduo” (VERGUEIRO, 1987:24) julga de maneira subjetiva o que considera bom ou ruim para um todo. Entre estes julgamentos pessoais, estão em querer “evitar que as pessoas leiam, vejam ou ouçam o que pode ser considerado como perigoso ao governo ou prejudicial à moralidade pública” (VERGUEIRO, 1987:24). Ocorre, desta forma, a censura quando um indivíduo determina ou impõe para terceiros a sua subjetividade de ações, como forma de controlar o pensar e agir de outrem. Sobre isto, remetemos ao que Rabaça e Barbosa (1995) definem sobre o que venha a ser a censura, no qual se procede como:

Ação de proibir, no todo ou em parte, uma publicação ou representação. Supressão deliberada de determinado material de comunicação, do fluxo normal de informação, de forma a influir na opinião e na ação do público ao qual se dirige a mensagem. Política de restrição da expressão pública de idéias, opiniões, sentimentos e impulsos que têm, ou se supõe terem capacidade para abalar a autoridade do governo ou a ordem social e moral que esta mesma autoridade se considera disposta a proteger (RABAÇA e BARBOSA, 1995:120).

Isto mostra que a prática da censura ocorre pelos diversos motivos, seja por causa de crença em julgar que algo contraria determinada divindade ou por interesse do próprio “eu” em achar que aquilo não é interessante, considerando que logo também não vai ser para terceiros. E até mesmo pelo “senso comum”, como o caso de considerar que determinada coisa fará mal a quem o ler.

Porquanto, Cain (2006:7) adverte sobre as intenções que partem para a prática da censura, quando refuta que “não importa a quão bem-intencionada a razão, qualquer restrição à liberdade de expressão e o direito à informação constitui censura”. Podemos considerar o conceito do referente autor como algo estritamente válido ao lembrarmos-nos das abordagens históricas estudadas nesta pesquisa, de opressores que buscaram por meio da aparência de boas intenções manterem a situação de ordem e moral de uma sociedade, mas que acabaram censurando e impedindo o discorrer de informações.

¹ A liberdade intelectual consiste que todos os indivíduos tenham o direito de realizar suas crenças e transmitir as suas idéias na forma que julguem adequadas, e no compromisso de ter direito de acesso irrestrito às informações e idéias, independentemente do meio de comunicação utilizado, o conteúdo da obra, e os pontos de vista tanto do autor ou receptor de informação (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2010:18).

Neste contexto, se traz a questão do *status quo*², onde podemos relacionar aos interesses de quem ocasiona a censura e que consiste justamente em querer manter o mesmo estado de sempre, estado do que é apenas aceitável, tradicional, do que apenas faz parte do meio em que está, sem estar suscetível às novas expressões diferenciadas que surgem de ciência ou conhecimento, devido ao fator de querer “recria a verdade a seus moldes e segundo seus interesses e necessidades” (BERG, 2002:54), e isto acaba fazendo parte de uma das vertentes da censura, de estar presa ao moralismo e a sua manutenção de imposição.

Sobre isto, ressalta-se que a censura é uma dominação do poder, deste modo ela está por trás dos bastidores, implícita e explicitamente na forma discursiva dos agentes. Moddy (2005:138) destaca que “algumas formas de censura são tão inconscientes que mesmo os indivíduos que as cometem não têm ideia de que eles são de fato censura”. Podemos considerar que em algumas situações ou ambientes, certos tipos de censura, devido a sua forma implícita e continuada de ocorrer acabam sendo vistas como natural por quem a pratica e que passa a não ser julgada como censura, devido a ser progressivamente continuada.

2.1. Entre as várias formas de censura

Algumas formas de censura são pouco conhecidas, mas que possivelmente estão inseridas em ambientes e situações e que por vezes não são percebidas como censura. Quando as literaturas abordam sobre o assunto da censura é perceptível observarmos conceitos objetivos sobre o referido assunto.

No entanto, a censura também engloba conceitos alternamente pouco discutido em sociedade e nas literaturas. Desta maneira, se apresenta para um melhor entendimento desta pesquisa, as formas que a censura se manifesta, assim como observamos seus enfoques para a prática biblioteconômica.

2.1.1. Censura prévia

Trazemos em primeiro instante este tipo de censura, por estar associada às questões históricas. Em percursos históricos dos regimes totalitários estes fizeram (ou almejavam fazer) da sua ideologia a suprema na sociedade em que governava.

De forma que para ocorrer seus objetivos centralizadores, utilizavam por meio de documentos oficiais, imposições e vedações contra as formas, expressões que não fossem condizentes com o seu ideal de governo. “O conceito de censura prévia, a grosso modo, lida com restrições oficiais imposta a fala ou outras formas de expressão antes da publicação” (EMERSON, 1955:648), como forma de “aviso”, daí o nome, prévia ou preventiva, em relação ao que não se podia finalizar sobre questão de gerar publicações que deturpem os interesses das autoridades.

Destarte, a censura prévia encontra-se inteiramente ligada aos interesses de controle ideológico, uma vez que este se perpetua em centralizar uma sociedade aos interesses do poder, de forma que “o controle ideológico compreende todas as formas utilizadas para que determinados indivíduos e grupos não tenham condições de perceber sua realidade e, assim, fiquem impedidos de formar sua própria opinião” (GARCIA, 2005:53). Esse controle

² *Status quo ante* (lat.) – no estado anterior; *status quo* (lat.) – o estado em que se achava determinada questão ou situação (BRASIL. Tribunal de Justiça, 2005:130).

conta com a questão da manipulação, visando influir no pensamento e comportamento em favor dos interesses do poder.

2.1.2. Censura punitiva

Não podemos falar de censura prévia e não mencionar a punitiva, uma vez que esta é o tipo de opressão que ocasiona a prática do constrangimento. Nesta questão todo o indivíduo que professa uma crença, ideologia ou pensamento que vão contra o poder que os rege é cometido por perseguições.

Compreende-se que a censura punitiva advém desde os tempos históricos, quando pessoas eram torturadas, mortas devido à oposição em que se inseriam. Berg (2002:39) relata a respeito da censura punitiva quando recorre que esta “[...] exila e mata. Como últimos recursos para calar o que incomoda”. Neste contexto, se remete a censura punitiva para os acontecimentos históricos em que envolvem as bibliotecas, quando autores, publicações e até mesmo leitores tiveram como resultado de sua “desobediência” consequências de ameaças e até mesmo de extermínio, de forma que ir contra a ideologia do poder dominante o sujeito era repulsado como potencial para ser perseguido.

Conforme Carneiro (2002:22) enfatiza: “portanto todo intelectual que procurasse fazer a revolução através da palavra escrita, impressa ou falada, corria o risco de tornar-se um bandido, sendo apontado como um homem sem caráter e de maus sentimentos”. Em outras palavras, o sujeito tornava-se marginalizado por aquilo que acreditava, e isto, em uma hierarquia centralizadora de poder, apresenta consequências negativas para quem se “rebela” contra os avisos prévios em que foram dados.

Todavia, nem toda censura punitiva é praticada com as mesmas características citadas por Berg (2002) (exila e mata), a punição também ocorre por formas aparentemente “sutis” e inócuas, mas que se mostra através de animosidades ou exclusão contra o “professar do outro”. Originada a punição de exclusão, o que não deixa de ser uma forma de punir aquilo que incomoda. Nesse contexto, Foucault (1987) revela o “desaparecimento do suplício”, dando margem à existência da punição de maneira discreta, correspondendo a:

Punições menos diretamente físicas, uma certa discrição na arte de fazer sofrer, um arranjo de sofrimentos mais sutis, mais velados e despojados de ostentação, merecerá tudo isso acaso um tratamento à parte, sendo apenas o efeito sem dúvida de novos arranjos com maior profundidade (FOUCAULT, 1987:12).

A punição não se mostra isoladamente pelo viés do severo castigo onde os flagelos físicos são externados. A censura punitiva propende a se infiltrar em formas, meios e situações aparentemente “sutis”, mas que demonstram os indícios de punição contra outrem.

Como exemplo, se destacam as relações de censura com práticas punitivas e regimentares que permeiam a faculdade profissional do bibliotecário com os usuários, uma vez que “de modo geral, as práticas punitivas se tornaram públicas. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos” (FOUCAULT, 1987:16).

E, desta forma, a ação do bibliotecário passa a constituir o “sistema das normas” sem haver uma ação para um diálogo mútuo. O “sistema das normas” condiciona os direitos dos

usuários de se emanciparem e de tornarem livres de toda e qualquer ação punitiva e, desta forma, transgredir o sistema.

2.1.3. Autocensura/Censura interna

Nomeado por Medina (2002:428) como “conservadorismo nas rotinas profissionais”, a autocensura parte diretamente do indivíduo que está se relacionando com um objeto ou situação que não o agrada e pela subjetividade do “não compatibilizar”, “não concordar” acaba cometendo a censura. A interpretação do que venha a ser a autocensura recai sobre o que Stiner (2004:137) diz: “eu só estou preocupado em ver se uma coisa me serve e me satisfaz os sentidos”. O que, ao contrário, se não serve ou satisfaz, não pode ser exposto ou colocado em circulação, negligenciando, desta forma, à liberdade de expressão de terceiros.

Sobre este contexto, a autocensura propõe ser lembrada na prática bibliotecária, precisamente na seleção de materiais, quando o bibliotecário está em contato/domínio com os materiais que entram no acervo da biblioteca. A ação da autocensura neste processo pode ocorrer quando a subjetividade do bibliotecário interfere na rotina profissional de seleção, na forma que, utiliza de seus (preceitos pessoais) este profissional coíba ou dificulte a circulação de determinada obra na unidade de informação.

Nesta conjuntura, Cain (2006:7) apresenta um exemplo para os bibliotecários sobre a prática da autocensura, na seleção de materiais: “quando deixamos de selecionar os itens que são pessoalmente repugnantes para nós mesmos, mas que são de interesse para os nossos usuários”. Mostrar-se-á desta forma, a falta de imparcialidade no processo de seleção dos materiais, despertando o lado individualista do responsável pelo disseminar de uma informação, Asheim (1983:180) assevera que existem diferenças entre ser um seletor e ser um censor de materiais:

O seletor: procura por valores, por virtudes, os pontos fortes que vai ofuscar acusações menores. O seletor diz: se há alguma coisa boa neste livro vamos tentar mantê-lo.

O censor: por outro lado, encontra razões para rejeitar o livro. Procuram características desagradáveis, fraquezas, possibilidades de erros de interpretação. O censor diz: se há alguma coisa ruim neste livro, vamos rejeitá-lo.

2.1.4. Censura técnica

Abordada por Cain (2006:8), esta forma de censura se mostra por vezes de forma implícita (velada) através de procedimentos da prática bibliotecária. Como ressalta-se que a censura na técnica das bibliotecas se mostra através de:

a. Etiquetagem: O bibliotecário designa o que seja um material impróprio e o sinaliza como um referente. Rotulando as obras de maneiras subjetivas e prejudicial para que determinada obra não tenha notáveis buscas;

b. Restrição de acesso: Faz com que os usuários tenham dificuldades de acessar ou possuir uma obra. Ocorrendo, desta forma, o poder de dissuasão, de tal modo, fazendo as pessoas chegarem a desistir de consultar determinada obra devido aos obstáculos que foram colocados

c. Expurgo: Quando buscam eliminar uma obra seja ela em parte ou um todo. Esta prática também está presente de forma implícita por meio da obliteração, quando o bibliotecário “se faz esquecer” determinada obra para não ser tratada e inserida no acervo.

2.1.5. Censura burocrática

O sociólogo alemão Max Weber aborda traços característicos da burocracia em sua obra. O autor a caracteriza como um controle legal, exercido nas administrações para haver organização, confiabilidade de ações e registros através de regulamentações, formalidades e normatização. A teoria Weberiana defende que a burocracia “é assegurada por um sistema de normas” (WEBER, 1977:38) e tem caráter “racional de regras, meios, fins e que os objetivos dominam sua posição” (WEBER, 1982:282).

No entanto, quando normas e regras estão inseridas de maneira excessiva, a burocracia deixa de conter o princípio benévolo e tende a possuir caráter opressor e constrangedor por meio de empecilhos e dificuldades, que são colocados para pessoas que procuram ter acesso a determinados fatores de informação e conhecimento. Maximiano (2004) aborda que o excesso de burocracia causa disfunções como o particularismo, satisfações de interesses pessoais, excesso de regras, hierarquias, individualismo e mecanicismo. Observamos assim que são características encontradas em regimes de poder, onde a centralização perpetua-se, fazendo com que indivíduos que estão abaixo de hierarquias obedeçam à imposição.

A burocracia, por ser encontrada nos ambientes institucionais está inserida em centros de documentações e bibliotecas e através das atividades desses ambientes que precisam de regulamentações. Conquanto, nestes processos oficiais em que o bibliotecário precisa se submeter, este profissional necessita estar atento em não estar utilizando de excesso de regras e normas para com os usuários.

Por conseguinte, os espaços onde regulam a informação cedem às normas do controle burocrático, levando à ação dessas punições que deixa o usuário e o próprio bibliotecário “oprimidos” pela força do poder, uma vez que “administrar” surge com uma suprema virtude da burocracia e, por assim, sinônimo de vigiar e punir (TRAGTENBERG, 2004).

Desta forma, contextualiza-se que a burocracia em um contexto punitivo de atos desconexos em que é pregada no espaço da biblioteca, para que não venha intimidar usuários por meio das barreiras, dificuldades ou transtornos que foram inseridos por meio da burocracia para aqueles que almejam usufruir de um serviço simples da biblioteca.

3. Censor ou disseminador?

Nas escolas de Biblioteconomia deparamo-nos com termos “disseminar a informação” ou “disseminadores da informação” quando referidos sobre a conduta profissional do bibliotecário e as suas práticas nas bibliotecas e centros de documentação. Ao analisarmos o conceito de disseminar informação pressupomos “tornar público a produção de conhecimentos gerados ou organizados por uma instituição. A noção de disseminação é comumente interpretada como equivalente à de difusão, ou mesmo de divulgação” (LARA e CONTIN, 2003:26).

No entanto, consideramos partir para o seguinte julgamento: até que ponto podemos considerar que os bibliotecários são disseminadores da informação? Esse questionamento nos permeia a refletir, por meio da prática disseminadora dos bibliotecários, sobre a qual refere-se em sabermos sobre qual posição o bibliotecário ocupa quando exercita a prática de disseminação. Podemos considerá-lo um disseminador censor ou disseminador emancipador?

Primeiramente fazemos menção ao profissional bibliotecário (disseminador emancipador), o qual busca disseminar a informação e fazer seu papel através de uma ação emancipatória. Em Adorno (2000:169) “a emancipação busca superar as barreiras das desigualdades estruturais [...]”. No que se refere à disseminação emancipada, constituímos que ela vem sobre liberdade de transmitir o conhecimento, sempre visando à necessidade dos que buscam a informação, independente de credos e dos sistemas ideológicos, atendendo, desta forma, o coletivo. Desta forma, pomos em contexto o papel (social) das bibliotecas, as quais deveriam entrar como combatente dos obstáculos impostos pelos preconceitos, uma vez que o papel real das bibliotecas seria, conforme Milanesi (1986:27), “[...] um antídoto ao dogmatismo na medida em que ela oferece informações sem censura”.

Por conseguinte, sabemos que a emancipação encontra barreiras e, sobre isto, Adorno (2000) postula: “um mundo que parece determinado a dirigí-lo”. Encontra-se nesta menção do autor uma realidade que assola a prática profissional dos bibliotecários, que ecoa entre o disseminar emancipado e as barreiras nas quais são impostas.

Os profissionais (bibliotecários) encontram-se sobre regras e normas, as quais acabam balizando e externando formas coercitivas para os que também buscam as informações nas unidades de informações (usuários). Segundo os indícios de Leitão (2011), o bibliotecário vive sobre um misto de ações da liberdade profissional combinada à padronização técnica, onde refere que a liberdade informacional das bibliotecas acaba limitando-se nas barreiras dos sistemas que estão inseridas nas unidades de informação.

O agrupamento demasiado de regras, por exemplo, que embora faça parte do cotidiano institucional, quando inseridas no organismo biblioteca, torna-se uma das barreiras para que não ocorra a ação emancipada na disseminação.

“A regra é o prazer calculado da obstinação [...] ela permite reativar sem cessar o jogo da dominação; ela põe em cena uma violência meticulosamente repetida” (FOUCAULT, 1984:17). Faz com que os indivíduos que estão envolvidos nos mesmos ambientes em que a regra se encontra propendem a condicionar seu agir e, por conseguinte, o do próximo, ao que foi estabelecido e padronizado para seguir, de forma que as regras “são feitas para servir a isto ou àquilo” (Idem), um caso delicado do que venha a ser, pois onde permanece a servidão a liberdade encontra obstáculos para manifestar-se.

É interessante relembrarmos na história o que os regimes totalitários faziam da servidão como um objetivo a ser seguido, como forma de obediência ao poder. Caso contrário, punições seriam estabelecidas, acessos eram negados e liberdades eram ameaçadas. Com efeito, as informações em meio aos seus suportes foram umas das quais padeceram com os regimes e normas totalitárias, ao mesmo tempo como as bibliotecas que estavam condicionadas à regras, dominação e servidão para com os poderes. Nos indícios das pegadas do conhecimento hasteamos a considerar que a prática da censura pelo poder

sobre o conhecimento ficou no passado, que foi apenas caso de governos extremistas em que os livros de história continuamente buscam transmitir.

Todavia, considera-se que as bibliotecas na contemporaneidade, embora não estejam mais sobre o domínio de governos ditatoriais e extremistas, suas ações ainda trazem vestígios de censura, uma vez que não estão livres de direções administrativas ou gestões institucionalizadas e centralizadas que ainda apresentam em suas raízes vestígios “ditatórios”. Pois, “mesmo que as relações autoritárias explícitas tenham diminuído, as relações de adaptação se fortaleceram de tal forma que a liberdade passou a ser confundida com a própria adaptação” (SCHÜTZ, 2012:35).

A questão da adaptação é um problema a ser analisado, pois de geração em geração vão adaptando-se às normas e regras passando a aceitá-las, sem nem ao menos questioná-las. Equivale-se, dessa forma, com o *status quo*, no qual se apresenta como uma das características que fortalecem a censura, uma vez que “aqueles que apoiam a censura são motivados pela necessidade de proteger o status quo” (ALDEMODI, 2001: 22). Quer dizer, permanecer o estado de sempre, sem mudanças, adaptando subordinadamente e aceitando como naturais, devido à tradição de práticas e regras que por vezes ainda condicionam indivíduos.

A adaptação subordinada às regras são relações de poder que aproximam das realidades do condicionamento que bibliotecários e usuários estão sujeitos a conviver no ambiente da biblioteca. De forma que o profissional bibliotecário, devido à questão de subordinação que ainda propendem ao condicionamento e a centralização, tendem a praticar o *status quo*, uma vez que as práticas tradicionalistas nas quais por anos foram utilizadas e direcionadas nas bibliotecas, estão propícias a percorrer o caminho de práticas diárias fundamentadas no cotidiano rotineiro das unidades de informações, atingindo até mesmo o exercício profissional dos bibliotecários.

Este profissional da informação, não tendo a reflexão, o questionamento sobre a emancipação e a democratização da informação, tende a não perceber práticas regimentares que ainda trazem vestígios censórios, devido às tradições habituais instauradas nos ambientes em que trabalha. Essa é uma questão situacional em que pode se mostrar presente, devido a “não transformação”, ao que está alheia às mudanças. Assim sendo, limita e padroniza o agir:

É o poder, no que ele tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor [...] o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é certa potência de que alguns seriam dotados: É o nome dado a uma situação estratégica numa sociedade determinada. (FOUCAULT, 2011:102-103).

Alguns exemplos praticados e adotados em bibliotecas permeiam sobre uma estratégia, que embora tenham a função de ordem, acaba que determinando e condicionando o acesso dos usuários as informações. Contudo, devido à tradições desses fazeres sobre determinadas regras, estas passam como naturais em muitos ambientes informacionais, mas que em suas práticas trazem vestígios de censura, como por exemplo:

Impedir o acesso de usuários aos acervos – (Para as chamadas bibliotecas com acervo fechado). Esta é uma das atitudes adotadas pelas bibliotecas, para evitar roubos de obras. Por conseguinte, situamos que esta atitude interfere na liberdade dos usuários circularem livremente entre as estantes, procurando e descobrindo conhecimentos.

Almeida Junior (1996:236) discorre que “a pior solução (se é que a podemos chamar assim) em relação ao roubo seja a proibição do acesso dos usuários ao acervo”. Uma vez que esta forma de proibir intervém no descobrimento do usuário sobre novas literaturas, assim como interfere em um entretenimento de alguém que busca desvendar e desvelar os saberes.

Esta ação pode ser considerada como um caso de censura, uma vez onde há interferências de acesso a disseminação do conhecimento não é praticada livremente. “Os alunos são contra a censura porque restringe o seu acesso a materiais no qual, eles sentem que deveriam ter acesso **irrestrito**” (ALDEMODI, 2011: 22, grifo nosso). Uma reflexão no qual as bibliotecas devem analisar, porquanto sua dedicação para transmitir o conhecimento precisa ser ressignificada, pensando nas necessidades de diálogo cooperativo com os usuários que buscam o acesso ao invés de se ater ao apego do objeto livro.

Sendo uma das críticas que (SANTOS *et al.*, 2013:3) observam: “a mentalidade biblioteconômica ainda continua vastamente tecnicista e patrimonialista, padecendo de imperativas reflexões e avanços”. Com efeito, consideramos em tornar essa consciência (técnica) um campo emancipatório, onde o bibliotecário possa ultrapassar essas barreiras de transmitir o conhecimento e não retê-la em artifícios técnicos.

Quando punições são estabelecidas - nesse caso, o empréstimo de livros não pode ser efetuado quando usuários não fazem a devolução em determinada data, ocorrendo através disso, que estes fiquem impedidos de empréstimos, até que sua suspensão seja vencida. É uma situação que precisa da compreensão e sensibilidade dos bibliotecários para com os usuários, pois as ocasiões de atrasos não dependem apenas das pretensões dos usuários, mas também de motivos alheios as suas vontades como “condições socioeconômicas, geográficas, de saúde, fenômenos naturais como fortes chuvas e alagamentos, greves de transporte, feriados prolongados, a altura do período letivo em que se deu o atraso, dentre outras” (SANTOS *et al.*, 2013:7).

Por conseguinte, em meio às respectivas ocasiões que o usuário necessita de um livro, mesmo estando afastado e recorra ao bibliotecário explicando à necessidade de determinado empréstimo, considera-se nesta ocasião que o profissional bibliotecário, por sua vez, não deverá restringir-se unicamente aos sistemas de afastamentos, correspondente aos mecanismos que as bibliotecas adotam. Porquanto “a relação biblioteca e usuário não pode limitar-se à simples prática mecânica de receber e emprestar documentos, punir os que não cumprem as regras ou prestar informações automáticas” (SANTOS *et al.*, 2013:4), pois, agindo assim, estar brindando e limitando a biblioteca como um organismo dogmático e estático no âmbito servil.

Com efeito, as bibliotecas ainda caem na questão do punir como forma de ensinamento. Souza (1996:244) conceitua “[...] que esse ‘pedagogismo’ é o mesmo que sempre foi utilizado pelos donos do poder [...] E, segundo tal perspectiva, quanto mais cara ou mais dolorosa for esta punição, tanto maior será sua eficácia”. A questão que nos permeia é se de fato: a punição é a melhor solução?

As bibliotecas necessitam tomar posição a esta questão, pois na situação de afastamento na qual o usuário se encontra, o bibliotecário necessita criar o diálogo com o usuário de forma educacional e emancipatória, esclarecendo a importância e necessidade dos livros para outros, contudo, não deixando os usuários ficarem sem os livros que procuram.

O fato de envolver punição, ao determinar o dogmatismo que cerca a idéia, deveria determinar também o questionamento sobre sua eficácia social, sobre seu valor formativo (pedagógico) dentro de uma instituição modeladora de personalidade profissional e não expor tão exageradamente sua intenção implícita de excluir pessoas (SOUZA, 1996:244).

Souza (1996) retrata que as punições que estão inseridas nas bibliotecas não precisam ser como uma finalidade, mas sim como um caso que o bibliotecário deveria utilizar da sua competência informacional para instruir os usuários. Almeida Junior (1996) defende que as campanhas educativas, normalmente realizadas nas bibliotecas, podem amenizar o problema, pois, agindo punitivamente, este organismo mesmo que indiretamente afasta o usuário da biblioteca e a estereotipa como um organismo condicionado.

Quando o acesso informacional é excessivamente burocrático - as chamadas “papeladas” onde os usuários precisam se submeter. O aglomerado excessivo de comprovantes para cadastros, autorizações de entrave burocrático, que por fim os usuários precisam se sujeitar para ter acesso a acervos, especialmente aos acervos raros e até mesmo as condições de autorização ao acesso da internet nas bibliotecas, são fatores que prendem os usuários a um âmbito servil e burocratizam os serviços.

Araujo e Vergueiro (2013:37) afirmam que “a imagem da biblioteca ainda é marcada pela invisibilidade social [...] bem como pela imagem pejorativa de local paupérrimo e burocratizado”. Um pesar de comportamento que as bibliotecas ainda estão sujeitas, tendo em vista que este comportamento, praticado de forma excessiva, tende a dificultar ao invés de organizar e regulamentar.

Bundy e Wasserman (1968) retratam que a burocracia nas bibliotecas por vezes tem resultados oposto aos os objetivos de regulamentações, uma vez que este comportamento adotado de forma extrema propõe afastar os usuários que buscam e necessitam de uma informação rápida.

Estruturas burocráticas claramente impõem restrições. Mas estas tendências que são contrariamente às exigências profissionais são processos não necessariamente irreversíveis ou barreiras intransponíveis. Mesmo assim, os bibliotecários continuam a tolerar e perpetuar em suas condições de prática que deixam a desejar do ideal profissional (BUNDY e WASSERMAN, 1968:16).

Os referentes autores abordam que a burocracia não faz parte do papel do bibliotecário. Pois, a função do bibliotecário é tornar o conhecimento mais democrático aproximando do social, deste modo se considera que nessa ação o bibliotecário cumpre seu juramento, em que é fundamentada na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana.

Desta forma, apresentamos que a burocracia existe e é imposta nos organismos institucionais, mas, existe a possibilidade de reagir para que suas unidades de informações ultrapassem a barreiras burocráticas, e que não seja corrompida por trâmites coercitivos, que por vezes afastam o público das bibliotecas.

Contudo, como já analisadas, estas são regras clássicas encontradas em algumas bibliotecas, que devido ao cotidiano de suas práticas, ainda são vistas como adequadas nas

unidades informacionais. Como salientado, essas regras adotadas chegam a não ser percebidas pelos novos profissionais que alcançam o exercício profissional, mas, aqueles que percebem e se matem neutros, aceitando e adaptando-se indiretamente coadunam com a conservação do *status quo* e, conseqüentemente, na manutenção para o poder continuar se estabelecendo em regras que determinem a liberdade e infrinjam no direito informacional³.

De forma que:

O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome (ARENDDT, 1985:27).

Por meio disso, as bibliotecas que propendem a estabelecer aglomerados de regras e critérios, sem ao menos refletirem e buscarem soluções para melhor aplicabilidade delas inclinam-se ao condicionamento do acesso à informação. Porquanto, em uma biblioteca onde os usuários devam seguir regras, onde mais parecem em querer reter informações, para que então possa ter acesso às informações, este organismo informacional não desempenha seu papel com base na liberdade e no direito à informação.

Pelo contrário, desperta seu papel de organismo condicionado e contrário do que realmente deveria ser o papel de biblioteca. Neste ponto o “devir-biblioteca” recorre de forma contemplativa sobre “um conjunto de discursos, é como se ela fosse milhares de aulas impressas, das quais os alunos aproximam-se sem imposições e bloqueios” (MILANESI, 1986:27).

Dessa forma, contextualiza-se que o disseminador mesmo estando sobre um sistema de regras deve empenhar-se para que o lado humanístico do direito e a democratização da informação não encontrem nas regras e sistemas barreiras que venham impedir ao acesso do conhecimento. Diferentemente do censor, que se mantém alheio, estático às regras estabelecidas como um costume que “precisa” ser seguido. Contudo, não limitamos o acesso ao conhecimento e o fazer de “ser” disseminador pelos serviços que tem por finalidade organizar os suportes informacionais nas bibliotecas. Neste contexto,

Não basta simplesmente colocar a informação ou o conhecimento à disposição do público, obedecendo a especificações técnicas ou concepções generalizantes. É preciso considerar expectativas, contribuições e o conjunto

³ Devemos, portanto, **rever os contextos em que atuamos como profissionais e os princípios que supostamente fundamentam os objetivos e fins sociais dos serviços públicos, em particular, as bibliotecas: analisar criticamente, os discursos e práticas que nos agenciam e que levam à criação e fortalecimento da esfera pública** – no qual ajuda os cidadãos de forma a se auto-educar etc., para entrar no mundo do trabalho, mas também para que eles possam participar na construção das regras de convivência que beneficiam as maiorias – nas bases ideológicas e operacionais. Para que não suponham a generalização da concepção acrítica da gestão dos serviços de informação ou até mesmo na sustentação do pensamento na construção da sociedade da informação e do conhecimento gerado em relação à profissão que contribui para a manutenção do *status quo*, **a neutralidade biblioteconômica de permanecer no mesmo estado de sempre** (KLEIN, 2003:3, tradução nossa, grifo do autor).

de interesses de todos os integrantes do processo comunicativo, criando um espaço relevante para que os sujeitos atuem efetivamente na construção social e na transformação de sua realidade (LEITE, 1996:66).

Buscar saber a necessidade informacional e se colocando no lugar de outrem que precisa de uma informação é uma das características disseminadoras que os bibliotecários precisam atingir nas bibliotecas, exercitando para que o lado humanístico seja alcançado, conforme juramentado na resolução nº 6, de 13 de julho de 1966 que dispõe “[...] na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana”, propiciando a liberdade nos ambientes informacionais.

Por conseguinte, se considera que ser um disseminador de informação recai na prática daquele que busca democratizar a informação nas bibliotecas, mas essa democratização não precisa ser condicionada aos sistemas coercitivos, e sim precisa fazer de sua ação uma contemplação contínua.

4. O Bibliotecário progressista: para um novo papel social

Ao nos referimos sobre a ação dos bibliotecários, permeia-se a questão sobre o que fazer quando as pressões cotidianas são evidentes nos bastidores profissionais e hábitos convencionais? Trazemos o bibliotecário progressista, aquele que busca transpor as barreiras que as informações encontram, visando ativamente à liberdade e direito informacional nas bibliotecas, assim como pensando na dignidade humana de acesso ao conhecimento.

Em primeiro momento devemos compreender que o termo Bibliotecário Progressista (BP) é pouco citado na literatura brasileira de biblioteconomia, ao contrário da literatura internacional da Biblioteconomia e da Ciência da Informação que muito se situa sobre o assunto e defende as práticas bibliotecárias pelas ações de progresso. Em primeira instância devemos entender que a “Biblioteconomia Progressista pode ser definida, sucintamente, como uma corrente de pensamento e ação que defende uma Biblioteconomia crítica e comprometida socialmente, tanto na teoria como na prática” (CIVALLERO, 2013:158).

O comprometimento que se refere sobre a Biblioteconomia Progressista⁴ (BP) está vinculada em buscar transpor barreiras e práticas convencionais, como ainda limitam o saber e o acesso informacional, uma vez que o profissional bibliotecário que adquire o progresso ou possui a prática progressista está lutando em sua comunidade de usuários “de

⁴ A chamada biblioteconomia (crítica ou progressiva), *Progressive Librarianship*, surgiu na década de 30 no século passado nos Estados Unidos e rapidamente se espalhou por países como Canadá e Europa, Alemanha, Grã-Bretanha, Áustria, Reino Unido, etc. Essa corrente filosófica e disciplinar na Biblioteconomia baseia-se na idéia de que informação, conhecimento e acesso à cultura são direitos fundamentais da dignidade humana. Portanto, é constituída e reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Manifesto em defesa da biblioteca pública da UNESCO. Visa a ressignificação do aspecto técnico e a influência das tecnologias no âmbito das disciplinas na biblioteconomia. A biblioteconomia progressista concentra a sua atenção sobre o aspecto social e na necessidade do compromisso social dos profissionais e trabalhadores da informação e no âmbito bibliotecas (FOIS e PERELLÓ, 2008:8-9, tradução nossa). Ver mais em: <http://www.progressivelibrariansguild.org/>.

maneira crítica e responsável, com consciência emancipadora e vontade transformadora” (CIVALLERO, 2013:158-159).

Esta razão progressista propicia combater os condicionamentos em que os bibliotecários ainda vivem em suas unidades de informação, onde a prática progressista procura fazer presente para que o bibliotecário se posicione na defesa da democratização da informação e do seu acesso, frente às circunstâncias, regimentares, que tendem a dominar as bibliotecas e condicionar a acesso ao conhecimento.

O bibliotecário progressista direciona suas práticas na contramão da censura, do retrocesso que busca se permear nas bibliotecas. Sua ação encontra-se em fazer “que as bibliotecas são, ou pode ser - ou deve ser - facilitadoras do "direito de saber" do público” (ROSENZWEIG, 2000:30). Os usuários devem ser o foco de suas práticas profissionais, no que diz respeito em não apenas, executar exercícios profissionais para transmissão do conhecimento para o público, mas também lutar para que o direito de acesso e do uso informacional seja difundido de forma incondicional no arbítrio da construção de acordos, consensos, construída sobre interações coletivas e não de eventos, ou até mesmo de influxos externos entre os atores inseridos no ambiente.

Em virtude disto, o bibliotecário progressista atua fora da zona de conforto, pois enquanto o retrocesso e seus indícios em relação às práticas, conforme julgado por Silva (1991:99) fazem presentes como apenas “[...] reprodutoras cegas de normas e de sistemas fechados de consulta [...] desacostumados ao diálogo e tocadoras da mesmice”. O progressista, por sua vez, encontra-se na contramão desses fazeres, procurando dialogar, analisando criticamente posturas adotadas nas bibliotecas em que está inserido, buscando atuar em defesa de melhor prestação de serviços e do acesso ao conhecimento. Nesta questão, o bibliotecário progressista trabalha sobre:

Análise, questionamentos e avaliação contínua de afirmações que são aceitas como "verdadeiras". Apostando por uma profissão imaginativa, inconformista, sempre alerta e procurando a verdade. Uma profissão [...] não neutra e politicamente ativa (CIVALLERO, 2013:158).

Entretanto, é interessante salientar que o progresso encontra barreiras devido às resistências pessoais de outrem, que devido a pensamento e ideias, de cunho de retrocesso ainda buscam colocar condicionamentos para seus “sucessores”. Entretanto, isto não se torna empecilho para defesa da prática progressista. Isto nos mostra que o progresso não deverá ser visto como algo romântico, que ocorre naturalmente, sem barreiras. Pelo contrário, o comprometimento progressista trava-se com lutas. Trazemos estas lutas para as bibliotecas e para o bibliotecário, que estando comprometido na liberdade científica e na dignidade humana estão no dever em lutar para a liberdade do acesso ao conhecimento nas suas unidades informacionais.

Isto posto, devemos ponderar que o progresso nas bibliotecas não está limitado apenas nos objetos que esta adquire, nos computadores e nos sistemas modernos de “disseminar” informações nos acervos recheados de livros, uma vez que se isto ocorre isoladamente e não se vincula com as necessidades de seus usuários, com as suas liberdades informacionais, na busca de compreender seus usuários o progresso material adianta? Se os usuários estão limitados para acessar acervos, se não pode emprestar, pois, o sistema

está fora do “ar”, se punir ao invés de conscientizar, limita a entrada de obras e autores que não fazem parte de uma ideologia.

Questionamento feito por Guedes que indaga “que progresso é esse que aprisiona fingindo libertar, vicia prometendo emancipar, exclui alegando igualar, destrói quando deveria construir?” (GUEDES, 2011:15). O progressista está além de normas e regras, sistemas fechados, em suas salas isoladas. Ele age de modo contrário, ele se envolve com o público, busca se colocar no lugar de quem busca as informações, age pelo viés da comunicação com os usuários da biblioteca. Seu exercício profissional está voltado para que o acesso ao conhecimento seja de maneira democrática e emancipadora.

E, portanto, complementa-se que ser bibliotecário, hoje, significa ser mais do que um organizador e conservador de acervos, mais que um pesquisador, mais que um educador; significa ser um defensor de valores ameaçados, de um conhecimento e espaço público de partilha, que deve motivar a profissão (KLEIN, 2003).

5. Considerações finais

Ao longo da pesquisa foram estudadas as formas que a censura se faz presente e foi notado que ela não se mostra unicamente de maneira explícita e muito menos que ela ficou isolada no tempo, nas ações históricas de regimes censórios. Avaliamos que a censura sobreviveu ao tempo e se camuflou, aparecendo de maneira implícita em lugares que deveriam estar lutando contra quaisquer vestígios que lembre o comportamento sensório.

Recebemos a aprendizagem que nós bibliotecário precisamos estar analisando, os mandatos das direções frente aos serviços informacionais. Para isto as bibliotecas necessitam de bibliotecários que estejam primordialmente preocupados na disseminação da informação e não apenas satisfizer a instruções que buscam dominar as bibliotecas conforme seus interesses, pois, agindo assim em unicamente obedecer, sem analisar, sem criticar e nem refletir, estará compactuando indiretamente para o condicionamento e a prática da censura informacional.

Notamos que a censura é o poder de interesse de quem a rege busca brecha para se inserir e dominar e se não encontra bibliotecário que defenda a emancipação, não esteja estudado nas formas e vestígios de censura, logo, esta vai encontrar a oportunidade para se fundamentar no ambiente e o dirigir de forma incomunicável.

Porquanto, para que isto não ocorra e o bibliotecário esteja mais atento para as liberdades informacionais, este estudo propõe que seja mais abordado e debatido nas escolas de Biblioteconomia e na sua literatura as formas e vestígios de censura de cunho abrangente, não apenas limitando a censura sobre o teor desenvolvimento de coleções.

Em meio às pesquisas feitas durante a elaboração deste trabalho, foi notável que as literaturas biblioteconomias ainda se limitam a discutir o conceito de censura apenas em desenvolvimentos de coleções. Entretanto, demonstramos por meio deste trabalho que as censuras vão além desta maneira objetiva.

Em vista disto, a pesquisa chegou à conclusão que nós, bibliotecários, como profissionais da informação, juramentados na liberdade da investigação científica e na dignidade da

pessoa humana, temos a responsabilidade e compromisso de lutar para que este juramento não fique só em teoria, e sim, que ele recorra para a prática do nosso cotidiano nas bibliotecas, para a fim de evitar que o “terror do passado” de censura informacional volte a encontrar abrigo na contemporaneidade, sobretudo, no ato de disseminar a informação.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor Wiesengrund

2000 *Educação e emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ALDEMODI, Olugbenga

2011 Censorship issue in librarianship: analysis and the way forward. *Brazilian Journal of Science*. [Em linha]. São Paulo. 5:2 (2011) 18-27. [Consult. 15 mar. 2016].

Disponível em:

<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/1185>.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco

1996 Roubo, depredação de materiais em campanhas educativas em bibliotecas: propostas de um modelo de avaliação. In SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 9º, Curitiba, 1996 – *Anais*. [Em linha]. Curitiba: UFPR, 1996. [Consult. 16 mar. 2016].

Disponível em:

https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais_anterior/IX-SNBU-v6.pdf.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION

2010 *Intellectual freedom manual*. [Em linha]. Chicago: American Library Association, 2010. [Consult. 2 jan. 2016].

Disponível em:

<http://courseweb.lis.illinois.edu/~katewill/maybe/ala%202010%20intellectual%20freedom%20manual%20eighth%20edition.pdf>.

ARAÚJO, Beatriz Cristiane de; VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos

2013 Bibliotecas temáticas da cidade de São Paulo: a questão da imagem e identidade das bibliotecas públicas. *Revista CFB* 8. [Em linha]. São Paulo. 6:1 (2013) 34-39. [Consult. 16 mar. 2016].

Disponível em:

http://www.crb8.org.br/UserFiles/File/Artigo_Bibliotecas%20tem%C3%A1ticas%20da%20cidade%20de%20S%C3%A3o%20Paulo%20a%20quest%C3%A3o%20da%20imagem%20e%20identidade%20das%20bibliotecas%20p%C3%BAblicas.pdf.

ARENDT, Hanna

1985 *Da violência*. Brasília: UnB, 1985.

ASHEIM, Lester

1983 Selection and censorship: a reappraisal. *Wilson Library Bulletin*. [Em linha].3:58 (1983) 180-184. [Consult. 17 dez. 2015].

Disponível em:

<http://courseweb.lis.illinois.edu/~katewill/spring2012-502/spring2012-502/asheim%201983%20selection%20a%20reappraisal%20bfj.pdf>

BERG, Creuza de Oliveira

2002 *Mecanismo do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar: 1964-1984*. São Carlos: Edusfscar, 2002.

BRASIL. Tribunal de Justiça Estado do Rio Grande do Sul

2005 *Manual de linguagem jurídico-judiciária*. [Em linha]. Porto Alegre: Departamento de Artes Gráficas, 2005. [Consult. 30 dez. 2015].

Disponível em:

https://www.tjrs.jus.br/export/publicacoes/vocabulario_juridico/doc/manual_linguagem_juridico_judiciaria_final.pdf.

BUNDY, Mary Lee; WASSERMAN, Paul

1968 Professionalism reconsidered. *College and Research Libraries*. [Em linha]. 29:59 (1968) 5-26. [Consult. 16 mar. 2016].

Disponível em:

https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/38185/crl_29_01_5_opt.pdf?sequence=2.

CAIN, Charlene C.

2011 Librarians and censorship: the ethical imperative. *Louisiana libraries*. [Em linha]. 2011. [Consult. 9 jan. 2016].

Disponível em: www.laonline.org.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci

2002 *Livros proibidos ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê, 2002.

CIVALLERO, Edgardo

2013 Aproximación a la bibliotecología progresista = an approach to progressive librarianship. *El Profesional de la Información*. [Em linha]. 22:2 (2013) 155-162. [Consult. mar. 2016].

Disponível em:

<http://www.elprofesionaldeinformacion.com/contenidos/2013/marzo/10.html>.

EMERSON, Thomas I.

1955 The Doctrine of prior restraint. *Faculty Scholarship Series*. [Em linha]. 20:4 (1955) 648-671. [Consult. 25 jan. 2016].

Disponível em:

http://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3761&context=fss_papers.

FOIS, Silvia; GIMENO PERELLÓ, Javier

2008 Una Aproximación a la Bibliotecología crítica, socio-política, progresista y alternativa. In CONGRESO NACIONAL DE BIBLIOTECOLOGÍA, DOCUMENTACIÓN, ARCHIVÍSTICA Y MUSEOLOGÍA, 4º, Potosí, Bolívia, 2008 – *Tendencias de las ciencias de la información en Bolivia*. [Em linha]. Bolivia: FESABID, 2008. [Consult. 29 fev. 2016].

Disponível em:

www.epcib.org/congrpts/ponencias/JAVIER_GEMIO%5B1%5D.doc.

FOUCAULT, Michel

2011 *História da sexualidade. I - A Vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

FOUCAULT, Michel

1987 *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel

1984 *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GARCIA, Nelson Jahr

1982 *O Que é propaganda ideológica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

GINZBURG, Carlo

1989 *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUEDES, Aureliano da Silva

2011 Análise do progresso através do texto de Michel Lowy “Walter Benjamin crítico do progresso”. *Revista científica ESAMAZ*. 3: 1 (2011) 8-15.

KLEIN, Naomi

2003 Why being a librarian is a radical choice. In *Dissentvoice*. [Em linha]. 2003. [Consult. 25 fev. 2016]. Disponível em: http://dissentvoice.org/Articles7/Klein_Librarian.htm.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; CONTI, Vivaldo Luiz

2003 Disseminação da informação e usuários. *São Paulo em Perspectiva*. [Em linha]. 17:3-4 (2003) 26-34. [Consult. 25 mar. 2016]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n3-4/a04v1734.pdf>.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello

2011 *A Relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na era Vargas e Regime Militar: uma reflexão*. Niterói: Intertexto, 2011.

LEITE, Rose Alyce

1996 Novos paradigmas para a socialização da informação e a difusão do conhecimento científico: perspectivas da interação entre a organização dos sistemas e a complexidade da informação. *Informare: cadernos do programa de Pós-graduação em Ciência da Informação*. [Em linha]. 2:1 (1996) 57-69. [Consult. 15 mar. 2016]. Disponível em: http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/repositorio/2011/06/pdf_33aee1c465_0017437.pdf.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru

2004 *Teoria geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital*. São Paulo: Atlas, 2004.

MEDINA, Cremilda

2002 As Múltiplas faces da censura. In CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, org. - *Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; FAPESP, 2002.

MENEZES, Paulo

2005 Cinema: censura, uma velha inimiga. In SIMIS, Anita, org. - *Cinema e televisão durante a ditadura militar: depoimentos e reflexões*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2005.

MILANESI, Luiz Augusto

1986 *O Que é Biblioteca?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MOODY, Kim

20015 Covert censorship in libraries: a discussion paper. *Australian Library Journal*. [Em linha]. 54:2 (2005) 138-147. [Consult. 23 dez. 2015].

Disponível em:

http://eprints.qut.edu.au/3071/1/Censorship_discussion_paper.pdf.

OPPENHEIM, Charles; SMITH, Victoria

2004 Censorship in libraries. *Information Services & Use*. [Em Linha] 24:4 (2004) 159-170. [Consult. 28 dez. 2015].

Disponível em:

<http://pacificreference.pbworks.com/f/Censorship+in+Libraries.pdf>.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães

1995 *Dicionário de comunicação*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

ROSENZWEIG, Mark

2000 What progressive librarians believe: an international. *Perspective Innovation*. [Em linha]. 18 (2000) 1-5. [Consult. 21 mar. 2016].

Disponível em:

<http://www.progressivelibrariansguild.org/content/Vienna2000.shtml#top>.

SANTOS, Sílvio Marcos Dias [et al.]

2013 Biblioteca universitária e sanção por atraso na devolução de documentos: punir ou educar: qual é o projeto? In CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25º, Florianópolis, 2013. *Anais...* [Em linha]. 2013, p. 4.749-4.764. [Consult. 16 mar. 2016].

Disponível em: <http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1614>.

SCHÜTZ, Rosalvo

2012 Refúgio da liberdade: sobre o conceito de filosofia em Theodor Adorno. *Veritas*. [Em linha]. 57:3 (2012) 32-52. [Consult. 14 mar. 2016].

Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/12028>.

SILVA, Ezequiel Theodoro da

1991 *De olhos abertos: reflexões sobre o desenvolvimento da leitura no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

SOUZA, Francisco das Chagas de

1996 A Multa financeira nas bibliotecas universitárias: sua contribuição ao desvio educacional. In SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 9º, Curitiba, 1996 - *Anais*. [Em linha]. Curitiba: UFPR, 1996. [Consult. 16 mar. 2016].

Disponível em: https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais_anterior/IX-SNBU-v3.pdf.

STIRNER, Max

2004 *O Único e sua propriedade*. Trad. João Barrento. [S. l.]: Antígona, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício

2009 *A Falência da Política*. São Paulo: UNESP, 2009.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos

1987 Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 16:1 (1987) 21-26. [Consult. 17 out. 2015].

Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1569/1504>.

WEBER, Max

1982 *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WEBER, Max

1977 *Que es la burocracia?* Buenos Aires: Editorial la Pleyade, 1977.

Alessandra Nunes de Oliveira | alessandranunesoliveira@gmail.com

Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

Jetur Lima de Castro | jetur.er@gmail.com

Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil